

Profissão de fé

EM MEIO A UMA CRISE HUMANITÁRIA SEM PRECEDENTES, O PADRE JÚLIO LANCELLOTTI SIMBOLIZA A ESPERANÇA EM DIAS MELHORES

por RODRIGO MARTINS

*“Onde houver ódio, que eu leve o amor,
Onde houver trevas, que eu leve a luz”
(Oração de São Francisco)*

“**É** para partilhar como irmão, não igual patrão. Não quero ver ninguém pegar mais do que precisa e deixar o outro sem agasalho no frio”, orienta o padre Júlio Lancellotti, momentos antes de distribuir as roupas doadas à Paróquia de São Miguel Arcanjo, na Mooca, Zona Leste de São Paulo, às duas dezenas de sem-teto que haviam acabado de participar de uma roda de conversa com ele e um célebre visitante, o *rapper* Emicida.

Na manhã da segunda-feira 23, as temperaturas na capital não estavam tão baixas quanto na semana anterior, quando o sacerdote de 73 anos salvou

dois homens da hipotermia, mas presenciou a morte de um terceiro na fila do café da manhã no Núcleo de Convivência São Martinho. Na madrugada da quarta-feira 18, durante uma ronda na região da Luz, o religioso não precisou caminhar mais que 3 quilômetros para encontrar um homem com o corpo enrijecido e os lábios arroxeados na calçada da Rua Prates. Chamou uma ambulância e prestou os primeiros socorros. A intervenção não alterou a rotina na manhã seguinte. Como faz todos os dias, acordou antes de o sol se firmar, celebrou a missa das 7 e empurrou seu carrinho de supermercado, repleto de pães e donativos, pelas ruas do bairro até o centro comunitário, a poucos quarteirões da igreja.

Surpreendido com a notícia da morte de Isaías de Faria, de 66 anos, que sofreu uma convulsão na fila de espera pela primeira refeição do dia, o padre mal teve tempo de digerir o luto. Precisou socorrer outro irmão das ruas com hipotermia. “Cansa de falar, cansa. Porque, se aqui está assim,



EM UMA ÚNICA JORNADA, O RELIGIOSO SALVOU DOIS HOMENS DA HIPOTERMIA E PRESENCIOU A MORTE DE OUTRO NA FILA DO CAFÉ

RENATO LUIZ FERREIRA

“você imagina por aí, como tudo está”, desabafou, com voz trêmula e olhos marejados, pouco depois de aquecê-lo com uma manta térmica. Todos os anos, a tragédia é reencenada, só mudam os nomes dos atores, mas a cidade vive uma crise humanitária sem precedentes, avalia o padre. Em apenas dois anos, a população em situação de rua cresceu 31% em São Paulo, segundo o último censo da prefeitura. Quase 32 mil cidadãos dormem em abrigos mantidos pelo Poder Público ou debaixo das marquises e viadutos.

O número de famílias sem-teto praticamente dobrou. Houve, ainda, alta de 230% do número de barracas de *camping* e outras modalidades de moradia improvisada instaladas nas vias públicas. Os indicadores são escandalosos, mas a realidade é ainda pior, garante Lancellotti. “Os dados estão subnotificados. Os pesquisadores realizaram as sondagens em horários inadequados, quando a população de rua está dispersa. E não levaram em consideração as pessoas entocadas, em lugares inacessíveis”, diz. “Há anos,



Há 37 anos, o sacerdote mantém a mesma rotina. “Hoje eu encontrei Jesus”, costuma escrever, ao publicar a foto de um irmão na rua

enfrentamos uma grande crise, agravada pela pandemia de Covid-19. Aumentou muito o desemprego, a inadimplência das famílias, os despejos. O sistema neoliberal tem um modelo claro, de redução do papel do Estado. É um modelo excludente, de manutenção da miséria.”

Não bastasse, o prefeito Ricardo Nunes, do MDB, e o governador Rodrigo Garcia, do PSDB, retomaram a fracassada estratégia de usar as polícias para dispersar os dependentes químicos da Cracolândia, impondo uma macabra procissão pelas ruas do Centro, com hordas de usuários envoltos em cobertores à procura de droga e a correr dos fardados. Sob o pretexto de combater o tráfico, a Operação Caronte – nome emprestado do barqueiro de Hades, que, segundo a mitologia grega, carregava a alma dos mortos –, resultou em centenas de feridos desde o início do ano. Em meio aos confrontos, Raimundo Nonato Fonseca Júnior, de 32 anos, acabou



abatido, na quinta-feira 12, com um tiro no peito disparado pela Polícia Civil.

Exatamente uma semana após o homicídio, na quinta-feira 19, a Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana voltaram a realizar uma operação de “combate ao narcotráfico”, novamente marcada por confrontos com os usuários. A prefeitura fez questão de registrar o resultado da ação em seu *site* oficial. Naquele dia, houve a prisão em flagrante de oito traficantes e a apreensão de dois adolescentes por associação ao tráfico. Da mesma forma, foram apreendidos “5.499,50 reais em espécie”, além de “porções de cocaína, *crack*, lança-perfume e maconha”. Certamente, um duro golpe para o PCC, que, segundo o Ministério Público, possui 112 mil filiados e movimenta bilhões de reais anualmente.

Com a proximidade do inverno, a prefeitura criou 2 mil vagas emergenciais em abrigos, além de espalhar dez tendas pela cidade. Mesmo com as camas extras, a conta não fecha. Hoje, há cerca de 17 mil vagas nos centros de acolhida, pouco mais da metade da população de rua. Ainda que o município garantisse acomodação para 100% dos sem-teto, é possível que a maior parte deles rejeitasse a oferta. “Os albergues são uma resposta

caduca”, avalia o padre. “Desde os anos 1940, quando se construíram os primeiros abrigos de São Paulo, até hoje, a única diferença é que os atuais centros de acolhida têm tomadas para carregar os celulares. Mas a lógica de tutela e a precariedade das instalações são idênticas.”

Um relatório elaborado ao longo de 2021 pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal confirma o que o religioso tem denunciado há tempos. Na fiscalização, muitos albergues foram flagrados em condições insalubres, com colchões infestados por percevejos, refeições servidas em meio a fezes de pombo, pias e vasos sanitários entupidos. Além das péssimas condições, muitos relutam em aceitar as rígidas regras de convivência

“A CRACOLÂNDIA TAMBÉM É FRUTO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA”, DIZ

e os inflexíveis horários de entrada e saída, que fazem com que diversas unidades mais se assemelhem a presídios de regime semiaberto. Outro impasse é a reduzida oferta de vagas para famílias e mulheres, concentradas nas áreas centrais da cidade.

“Se você aborda uma família da Brasilândia, na Zona Norte, e indica um abrigo coletivo no Centro, a mais de 15 quilômetros de distância, ela não vai. Não conhece o território, não tem vínculos sociais, não sabe como se proteger da violência”, comenta o assistente social Marivaldo da Silva Santos, coordenador de uma das equipes do Consultório na Rua, com a experiência de quem dormiu sob as marquises paulistanas por seis anos. Em meados dos anos 1990, Santos migrou para São Paulo e pretendia, com seu trabalho, amparar familiares deixados em Feira de Santana, na Bahia. Não enfrentou dificuldade para encontrar emprego, primeiro na construção civil, depois em serviços de vigilância. Ao trabalhar como segurança em uma casa noturna, teve o seu primeiro contato com a cocaína. O uso abusivo da droga acabou por desestruturar sua vida e empurrá-lo para as ruas. “Perdi o emprego e tinha vergonha de voltar para a casa da minha família.”

Em agosto de 2004, o assistente social escapou por pouco de uma chacina na Praça da Sé. No dia do ataque, separou-se do grupo de amigos para pegar comida no Vale do Anhangabaú e decidiu dormir por lá. “Quando cheguei na Sé pela manhã, soube das mortes. Naquele momento, vi que era hora de mudar de vida.” Castigado pelas ruas, submeteu-se às regras de um abrigo, mas enfrentou enorme dificuldade de recolocação profissional. A oportunidade surgiu quando o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto abriu um processo seletivo para contratar agentes de saúde no programa “A Gente na Rua”, desenvolvido em parceria com a prefeitura. Uma das estratégias adotadas pelo projeto foi a reserva de vagas para quem morava nas ruas. Dessa forma, além de promover a inclusão no mercado de trabalho, seria possível contar com profissionais que têm a mesma vivência do público-alvo, modelo depois replicado nos Consultórios na Rua. Eram cerca de 300 candidatos para 11 vagas. Santos conseguiu uma delas.

O assistente social conheceu o padre Júlio Lancellotti no lançamento do programa. “Na ocasião, um representante da prefeitura discursou: ‘Se esses 11 agentes resolverem a vida deles, já está ótimo’.

Então chegou a vez do padre Júlio falar. ‘Eles não vão resolver só a vida deles, vão transformar a realidade de São Paulo’. Aquelas palavras me pegaram tão forte que, se eu ainda tivesse alguma intenção de voltar às drogas, ela se dissipou. Ele levantou a autoestima de um preto, nordestino e *gay* que estava pesando 68 quilos, só tinha cabeça e pescoço, e enxergou um futuro”, relembra. “Hoje, quando o padre Júlio telefona e me pede algo, não tenho como dizer não para ele, não importa a hora”, acrescenta Santos, que depois se graduou em Serviço Social e fez especialização em Saúde Mental e Dependência Química na Universidade Federal da Bahia.

Agora, as autoridades municipais parecem convencidas de que a solução para o problema das drogas é intensificar a repressão. A Operação Caronte é nitidamente inspirada na fracassada Operação Sufoco, levada a cabo por Gilberto Kassab em 2012. Para forçar os usuários da Cracolândia a se internarem em comunidades terapêuticas, era necessário impor “dor e sofrimento”, dizia o então prefeito, seduzido com

As operações policiais empurraram o fluxo de usuários para outros bairros. Jamaica só conseguiu ficar sem o *crack* após ser acolhido em um apartamento com outros colegas

a ideia de “revitalizar” o bairro da Luz. À época, a Cracolândia estava circunscrita ao quarteirão compreendido entre a Rua Helvétia e as alamedas Dino Bueno e Cleveland. Somente a primeira parte da promessa foi cumprida. A Defensoria Pública colecionou denúncias de abusos cometidos pelas forças policiais, enquanto as violentas operações só espalharam o “fluxo” pela região central da cidade.

Ao assumir a prefeitura dois anos depois, o petista Fernando Haddad lançou o programa De Braços Abertos, com uma perspectiva radicalmente distinta. Inspirada em exitosas experiências internacionais do *Housing First*, política pública que prevê a oferta de moradia em primeiro lugar, sem condicionantes, a iniciativa alocou os dependentes químicos em quartos de hotéis e pensões no Centro, além de ofertar vagas de trabalho em serviços de zeladoria, como varrição de ruas. Os inscritos não eram forçados a aderir a um tratamento, mas estudos divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde

"Você podia fazer o rap *Se Liga no Que É Aparofobia*", propõe o padre a Emicida. Já o médico-palhaço não se deixa intimidar

indicam que, logo no primeiro ano, houve redução de 80% do fluxo de usuários na região da Cracolândia, acompanhado de queda de 33% nos furtos.

"Recordo-me do depoimento de um usuário que chegou a consumir 30 pedras de *crack* por dia e havia reduzido o consumo para uma única. Ele fazia planos de concluir o Ensino Médio e prestar o vestibular", afirmou o vereador Eduardo Suplicy, secretário de Direitos Humanos de Haddad, em um recente debate com ativistas e moradores do bairro da Luz. "Então, o tucano João Doria assumiu a prefeitura, retomou a política de dispersão e ordenou a demolição das antigas pensões. Foi assim que ele anunciou o 'fim da Cracolândia', embora o fluxo só tenha mudado de lugar."

Em recente artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, Alexis Vargas, secretário-executivo de Projetos Estratégicos da prefeitura, afirma que diversas cidades, como Frankfurt, Viena e Nova York, usaram técnicas de dispersão. "O primeiro passo para dar efetividade ao tratamento dos usuários é reduzir o tráfico e dispersar a concentração." O governo do estado, por sua vez, garante que a procura por tratamento na região da Cracolândia aumentou 23% após as primeiras intervenções policiais.

A argumentação não convence Lancellotti. "São Paulo é igualzinho a Frankfurt, né? O secretário Alexis é o sofista-mor da prefeitura. Para cada barbidade feita, ele apresenta dez razões filosóficas, pedagógicas e sociológicas para justificar", ironiza o padre. "Na raiz do problema está a especulação imobiliária. A região da Luz abriga o maior entroncamento metroviário e têm acesso privilegiado às principais rodovias do estado, está ao lado da Marginal Tietê. Em um



certo momento, a Cracolândia foi conveniente para reduzir o preço dos imóveis. Aí vieram as incorporadoras, compraram tudo e iniciou-se o processo de expulsão dos usuários."

Na tentativa de afastar os dependentes químicos da Luz, a prefeitura chegou a transferir para outros bairros os serviços que ofereciam banhos, refeições e pernoites aos usuários da Cracolândia, afirma o advogado Rildo Marques de Oliveira, da Comissão de Direitos

Humanos da OAB paulista. "Em vez de diminuir, o fluxo só aumentou", observa. "A prefeitura insiste em despachar os dependentes químicos para comunidades terapêuticas, mas, segundo especialistas, a taxa de sucesso dos tratamentos gira em torno de 10%. Há casos de dependentes que passaram por oito internações."

Oliveira lamenta, ainda, a criminalização dos ativistas que defendem os direitos dos dependentes químicos. "O próprio padre Júlio é alvo recorrente de

ataques. O ex-deputado Arthur do Val, o Mamãe Falei do MBL, chegou a chamá-lo de 'cafetão da miséria', instigando ataques contra o religioso", recorda. "Há casos ainda mais graves, como o do psiquiatra-palhaço Flávio Falcone, que chegou a responder um inquérito criminal por ter distribuído cachimbos no fluxo, como se estivesse associado ao tráfico."

A distribuição de cachimbos e seringas a dependentes químicos é uma clássica política de redução de danos, que visa preservar os usuários do contágio de doenças pelo compartilhamento de utensílios, empregada no consumo de drogas. Ainda assim, após uma "denúncia" apresentada pelo vereador Rubens Nunes, outra cria do MBL, o Departamento de Repressão ao Narcotráfico da Polícia Civil abriu uma representação criminal contra Falcone e o coletivo Craco Resiste por "apologia do crime". A pedido do Ministério Público, o inquérito foi arquivado pela Justiça. "Foi mais uma tentativa de intimidação", diz o pesquisador da Unifesp, que estuda o uso de canabidiol, substância extraída da maconha, para atenuar os efeitos da abstinência de *crack*. "À exceção do breve período do Braços Abertos, o Poder Público sempre focou na repressão, e isso nunca deu resultado. Agora mesmo, a Operação Caronte só transferiu o fluxo de um bairro para outro."

Ardoroso defensor do *Housing First*, ele conseguiu convencer uma empresa a custear o aluguel de um apartamento e dois quartos de pensão para oito usuários de *crack* que querem abandonar o vício. Paralelamente, desenvolve atividades culturais para gerar uma alternativa de renda aos dependentes. Um dos beneficiados é Vanilson Santos Conceição, o Jamaica, que está em situação de rua há 12 anos e frequenta o fluxo há nove. Ou melhor, frequentava. "Cheguei a fumar 20 pedras por dia, estou limpo há três meses", celebra. Ele estava inscrito no Braços Abertos, mas foi desalojado da pensão em que vivia com a interrupção do programa na gestão Doria.

RODRIGO MARTINS, RENATO LUIZ FERREIRA E LUCA MEOLA

O PADRE DEFENDE A EQUIPARAÇÃO DA APAROFOBIA, O ÓDIO AOS POBRES, AO CRIME DE RACISMO

"Um dos maiores problemas é a falta de continuidade das políticas públicas. Muda o governo e tudo vira de cabeça para baixo", lamenta Lucélia da Silva Ferreira, coordenadora do [curso de Serviço Social da Universidade Metodista de São Paulo](#). "Enquanto o Estado optar por ações higienistas, fragmentadas, e transferir para o terceiro setor a responsabilidade pelo enfrentamento desse sério problema, não teremos resultados exitosos. Há a necessidade de uma atuação intersecretarial, por meio de um plano de ação que envolva gente capacitada e servidores públicos que possam efetivamente acompanhá-los



Marivaldo Santos recebeu o voto de confiança de Lancellotti, e desde então luta ao seu lado

dependentes químicos e suas famílias."

À falta de articulação entre as secretarias Lancellotti acrescenta a crítica ao amadorismo da atual gestão. "Agora, a Soninha (*secretária de Direitos Humanos*) quer criar um *camping*. Desde quando as pessoas em situação de rua precisam de auxílio da prefeitura para acampar? Elas já têm barracas, elas estão espalhadas pela cidade inteira. O que se pretende, na verdade, é criar um gueto, segregar. É uma proposta aporofóbica."

O conceito de aparofobia não sai da mente do padre Júlio. Significa preconceito, aversão ou ódio aos pobres. Atualmente, Lancellotti mobiliza-se pela aprovação de projetos de lei que vetam a chamada "arquitetura hostil", como a instalação de pedras e lanças para impedir que os sem-teto possam dormir na calçada. Um deles, de autoria de Fábio Contarato, do PT, foi aprovado no Senado e tramita na Câmara. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, outro projeto com o mesmo teor está pronto para ser votado em plenário. O objetivo de longo prazo é, no entanto, outro: "Devemos lutar para equiparar a aparofobia ao crime de racismo".

Em campanha, o religioso tem visitado estabelecimentos comerciais com pessoas em situação de rua, registrando em vídeo a reação dos demais clientes. "Um dia, fomos para a Rua Oscar Freire e entramos em uma sorveteria. Os clientes saíram da loja e foram para as mesinhas do lado de fora. Em um restaurante no Tatuapé, uma cliente da mesa ao lado foi embora, deixou para trás o prato cheio de comida. Na igreja mesmo já fui chamado de 'o padre dos maloqueiros'", relata. Com uma saúde de ferro, "embora ligeiramente enferrujado", como gosta de brincar, ele tem pedido para artistas se engajarem na causa. "Você podia fazer o rap *Se Liga no Que É Aparofobia*", sugere a Emicida. "É que estou ficando velho para isso." •